

O FAZER-INTERSECCIONAL NO TRABALHO DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

Elânia Francisco Lima¹

RESUMO

O Projeto Sexualidade Aflorada realiza há seis anos atividades de discussão de gênero e sexualidade em regiões periféricas da cidade de São Paulo, a maioria delas no distrito do Grajaú, extremo sul da capital paulistana. Como principal objetivo, o projeto promove espaços de reflexões sobre diversidade, corpos plurais, autocuidado e prevenção de violências junto ao público infantojuvenil. No decorrer desse percurso, tecemos reflexões e construímos metodologias de trabalho, baseando-nos na perspectiva de proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente e interseccionando gênero, sexualidade, raça, classe e desenvolvimento infantojuvenil no fazer diário. A proposta desse artigo é apresentar nossas experiências de educação em sexualidade, buscando provocar reflexões sobre a importância do olhar interseccional para crianças e adolescentes periféricos buscando a garantia do direito ao desenvolvimento sexual saudável enquanto direito humano.

Palavras-chaves: Educação em sexualidade. Interseccionalidade. Periferia. Raça.

ABSTRACT

Over the last six years, the Sexualidade Aflorada Project has carried out gender and sexuality studies in periphery areas of the city of São Paulo, a series that does not include Grajaú, the extreme south of the city of São Paulo. As a main objective, the project promoted spaces for reflection on diversity, plural bodies, self-care and prevention of violence among youth public. During this course, we weave reflections and construct work methodologies, based on the perspective of integral protection, advocated in the Statute of the Child and Adolescent and intersection of gender, sexuality, race, class and child and adolescent development in daily doing. The purpose of this article is to present our experiences of sexuality education, aiming to provoke reflections on the importance of the intersectional look for children and periphery adolescents in order to guarantee the right to healthy sexual development as a human right.

Keywords: Education in sexuality. Intersectionality. Periphery. Race.

1 Mestra em Educação Sexual pela UNESP Araraquara. Educadora em Sexualidade no Projeto Sexualidade Aflorada. e-mail: lima.elaniaf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é sexualidade é comum encontrarmos pessoas que pensam que estamos propondo um diálogo sobre o ato sexual. Mas, ao contrário, dialogar sobre sexualidade está para além de falar sobre intercurso. Na verdade, o ato sexual é uma forma de encontro dos corpos em busca de prazer, e o prazer é apenas uma, dentre diversas possibilidades de expressar afeto e desejo.

Sexualidade é corpo. Os corpos estão inseridos numa cultura que se transforma diariamente, portanto não podem ser reduzidos a um conjunto de células que formam órgãos e se reproduzem por meio de um ato sexual. Corpos tem historicidade, corpos tecem relações e assim constroem mais história, que tecerão outras relações dentro de um contexto social. Os corpos são dispositivos históricos (FOUCAULT, 1988) e ganham sentido socialmente (LOURO, 2000). Isso significa que ao propor uma discussão sobre sexualidade, estamos propondo um olhar sobre nossa própria história, não somente individual, mas uma história coletiva que contribui para a construção do olhar sobre as existências e nossas identidades sociais.

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. (LOURO, 2000, p.6)

Dialogar sobre sexualidade, compreendendo a importância de considerar a cultura e contexto sócio histórico como partes fundamentais desse diálogo, possibilita construir reflexões valiosas sobre o modo como os corpos vêm ocupando espaço no mundo e quais relações esses corpos tem tecido socialmente. Para SILVA JÚNIOR (2017):

O corpo sempre tem um sujeito, está inserido em alguma comunidade, grupo, etnia ou nação. Ele sempre é marcado pela história e pelas convenções culturais de um grupo humano. Somos seres corporais, e são as marcas inscritas no corpo que singularizam o grupo étnico a que

o indivíduo pertence, E é justamente apoiado na singularidade de um grupo humano que cada indivíduo pode aprender a desenvolver e a expressar a própria individualidade. São essas marcas, impressas temporárias ou definitivamente em nossa pele biológica, a primeira pele, que conformam nossa segunda pele, que nos faz seres humanos para os outros seres humanos. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 161)

Se nossa existência se dá a partir de um corpo é fundamental que conheçamos as potências e limites desse corpo. E é imprescindível que esse processo de conhecimento e reconhecimento de si, ocorra de forma protegida, respeitando as subjetividades e peculiaridades de cada fase da vida.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: UM FAZER- INTERSECCIONAL

A educação em sexualidade é uma forma de abrir espaços de trocas, aprendizados e reflexões sobre o funcionamento do corpo humano, mas além disso e, principalmente – diz respeito às diversas existências que diferem dos modelos hegemônicos de estar no mundo e sobre conhecimento de alternativas de autocuidado e autoproteção. Em suma, a educação em sexualidade abre caminhos para a identificação e prevenção de violências, valorização das diferenças e apresenta a coexistência como uma realidade possível.

Assim, o trabalho educativo nas questões de sexualidade necessita de educadoras e educadores que acreditem na garantia e efetivação dos direitos humanos e apostem no que nomeamos aqui de *fazer-interseccional*, que proponha reflexões sobre gênero e sexualidade considerando que as estruturas sociais e políticas privilegiam um determinado grupo, vulnerabilizando outros.

No fazer-interseccional em sexualidade é necessário comprometer-se com o exercício em considerar que as questões de raça, classe, gênero, orientação afetivossexuais, gordofobia, deficiência etc podem estar presentes na vida de uma mesma pessoa e não é possível separar uma categoria de análise da outra. É condição *sine qua non* considerar também a estrutura social em que vivemos e a legislação vigente no país para proteger grupos mais vulneráveis.

Nesse sentido, para dialogar sobre sexualidade junto ao público infantojuvenil é fundamental que conheçamos, valorizemos e divulguemos a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990 e que baseemos nossas ações no que ele preconiza. Também é importante que resgatemos a memória social de que o ECA é resultado da mobilização dos movimentos da infância e adolescência, com destaque para o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua (MNMMR), que lutavam para seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e não mais pelo termo pejorativo de *menor*, como previa o extinto Código de Menores. Aliás, cabe salientar que eram considerados *menores* somente as crianças e os adolescentes pobres, “tanto abandonadas quanto delinquentes” (LEITE, 2013,

p. 62). Portanto, a educadora ou educador que se propõe a trabalhar as temáticas de sexualidade em regiões periféricas deve considerar que, culturalmente, meninos e meninas pobres foram e ainda são vistos, em muitos espaços, como menores, inferiores e pouco valorizados enquanto sujeitos de direitos.

Analisando os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE (2010), é nas periferias que está concentrado o maior número de pessoas negras da cidade de São Paulo. Os três principais distritos com maior concentração de pretos e pardos são: Parelheiros, M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes. Ao passo que as três regiões com o maior número de pessoas brancas são os distritos de Pinheiros, Vila Mariana e Santo Amaro. (IBGE, 2010)

Esta informação nos dá outro elemento a se considerar no trabalho de educação em sexualidade com crianças e adolescentes nas regiões periféricas: o quesito raça. Para Bento (2003) é fundamental discutir raça em intersecção com classe, afinal “a pobreza tem cor, qualquer brasileiro bem informado foi exposto a esta afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema é de classe social.” (BENTO, 2003, p.27)

Enquanto educadoras e educadores em sexualidade, é fundamental refletirmos sobre os impactos do racismo no desenvolvimento sexual saudável de crianças e adolescentes. Se sexualidade é corpo, é necessário termos ciência de que os corpos na realidade brasileira são marcados pela questão de raça. É preciso reconhecer que a democracia racial é um mito e que o racismo é pulsante ainda nos dias atuais. Silva (2017) destaca que:

(...) o reconhecimento de que o racismo permeia as relações na sociedade brasileira indica a necessidade de se reconhecer a história do nosso país para compreender como as relações estão estruturadas e para ouvir o outro a partir de seu contexto histórico. (SILVA, M. 2017, p. 75)

Se negarmos a existência do racismo e não considerarmos o quesito raça como parte fundamental também da sexualidade em nosso *fazer diário*, desvalidaremos as experiências e vivências do corpo negro e suas dores serão invisibilizadas. Quanto a essa questão, Nogueira (2017) informa:

Nós, os negros, vivemos uma segregação silenciosa, o que durante muito tempo funcionou como se tivéssemos um sentimento persecutório, uma vez que o preconceito era negado. Sentíamos uma perseguição sem razão. Isso vem mudando atualmente, já que parece existir uma disposição maior da comunidade científica e da sociedade de expor a crueldade de um sistema que se diz ‘não racista’, mas que ainda conserva e mantém atitudes racistas. (NOGUEIRA, 2017, p.122)

É preciso que nós, educadoras e educadores em sexualidade tenhamos a dimensão de que o período escravista durou quase 400 anos no Brasil e gerou

profundas marcas na subjetividade da pessoa negra. Precisamos considerar o que o racismo significa e quais seus impactos no desenvolvimento sexual de meninos e meninas negras, sobretudo os moradores de regiões periféricas. O trabalho de educadoras e educadores em sexualidade é permeado pelo compromisso de posicionar-se diante de qualquer forma de opressão e tentativa de invisibilização de existências. Mais do que não ter um posicionamento racista é preciso que nos posicionemos contra qualquer expressão de racismo, e isso é ser antirracista.

Também é necessário que nós, enquanto educadoras e educadores em sexualidade tenhamos ciência de que machismo e a transfobia devem ser temas de estudo, diálogo e reflexão em nosso trabalho. Atualmente o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres cisgênero (ONU, 2016) e o primeiro em assassinato de pessoas transsexuais (QUEIROGA, 2018)

A proposta até aqui foi de apresentar a complexidade do trabalho no campo da Educação em Sexualidade e desmistificar a ideia de que diálogos sobre sexualidade se resumem à aulas sobre ato sexual. É necessário construir reflexões que proponham a interseccionalidade de identidades, raça, classe, gênero, faixa etária e demais aspectos que estão inscritos em nossos corpos - físicos e subjetivos. É importante considerar e validar a garantia de direitos humanos, sobretudo de crianças e adolescentes, respeitando sua fase peculiar de desenvolvimento.

SEXUALIDADE AFLORADA: OFICINAS E VIVÊNCIAS EM SEXUALIDADE

Iniciei o Projeto Sexualidade Aflorada (PSA) em 2013 com o objetivo de promover rodas de conversa sobre gênero e sexualidade com adolescentes do distrito do Grajaú, região mais populosa da cidade de São Paulo, localizada no extremo sul da capital paulistana. No início, o projeto não tinha nome definido. Em realidade, tratava-se do meu desejo, enquanto educadora e psicóloga, de dialogar sobre prevenção em sexualidade, oferecendo oficinas gratuitas nessa temática. Geralmente as atividades ocorriam em escolas e associações de moradores.

O nome foi escolhido a partir da constatação de uma demanda recorrente nos diálogos com coordenações e professores de algumas escolas públicas da região que me diziam: “Venha aqui falar com nossos adolescentes, pois eles estão com a sexualidade aflorada!” Ainda que houvesse uma compreensão de que o termo tem conotação pejorativa e coloca o desenvolvimento sexual de adolescentes como algo perigoso e que precisaria de controle, sua sonoridade e cunho metafórico pareceu-me uma possibilidade de ressignificação positiva. Aflorar, florescer, germinar, espalhar ramos, estar em solo fértil, ser o próprio solo. Soava poético adotar o nome e subverter sua lógica estigmatizante. E assim Sexualidade Aflorada tornou-se um projeto.

Inicialmente as atividades e oficinas eram restritas ao diálogo sobre métodos contraceptivos e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) junto ao público adolescente, no ambiente escolar. Porém, a cada atividade realizada, os

adolescentes indagavam sobre questões relacionadas à sexualidade que iam além do ato sexual e da relação pênis - vagina - penetração. Meninos com idade entre 12 e 17 anos pediam dicas de como superar o término de uma relação. Meninas queriam saber se existia risco de gravidez no sexo entre mulheres. Os grupos de adolescentes que, inicialmente eram apontados como meninas e meninos de *sexualidade a florada*, estavam mais interessados em debater afetos do que ato sexual propriamente dito.

Diante da demanda, considerando a condição peculiar de desenvolvimento preconizado no ECA, desenvolvi uma oficina chamada *Curtindo a fossa com estilo*. Tratava-se de uma atividade que abordava a importância de criar recursos internos para lidar com sentimentos de perda amorosa. Com um cartaz escrito “Tá tudo bem sofrer de amor”, o grupo debatia suas questões, ao som de *Without you*, música de Mariah Carey e teciam reflexões sobre a legitimidade de sentir tristeza, medo, raiva. Naquele espaços, meu papel era somente o de mediação.

O PSA ganhou visibilidade nas escolas do território do Grajaú e os convites para ofertar atividades e oficinas de sexualidade com adolescentes tornaram-se frequentes. Para aperfeiçoamento e instrumentalização, foi fundamental frequentar debates e cursos sobre a temática, articular redes e aprender sobre interseccionalidade de opressões. Durante o percurso de aperfeiçoamento, as atividades de educação em sexualidade ganharam sentido mais amplo. Os próprios adolescentes tratavam de divulgar o trabalho do PSA e pediam que as escolas me convidassem para falar sobre afetividade e sexualidade. Como desdobramento, ONGs e Coletivos também passaram a convidar-me para discutir afetos, rivalidade feminina e impactos do machismo na subjetividade de meninos e meninas.

Com o PSA passei a dialogar sobre sexualidades sempre considerando sua intersecção com raça, gênero, adolescências e infâncias periféricas. Novas temáticas e propostas metodológicas foram criadas a partir disso. Todas as atividades, independente do tema solicitado, passaram a ser iniciadas com a *Dinâmica da Interseccionalidade dos Corpos*, cujo objetivo era informar aos adolescentes, de forma lúdica, do que se tratava o conceito e mostrar a importância de compreender o contexto que nossos corpos estão inseridos. A construção da metodologia de trabalho do Projeto Sexualidade A florada teve um percurso que contou com momentos de estudos sobre as legislações, desenvolvimento infantojuvenil, história da(o) negro no Brasil, interseccionalidade, questões de gênero, mas também foi fundamental aprender por meio da escuta das demandas e desejos apresentados por adolescentes a cada oficina. Meninos e meninas, ao longo de seis anos, trouxeram seus pontos de vista sobre autoestima, aceitação, amor, corpo, afetos, conflitos, classe, racismo, machismo, LGBTIfobia e também sobre ato sexual. Foi a partir do olhar delas e deles que o PSA teceu – e segue tecendo - formas de aproximar diálogos e (re)pensar o trabalho em sexualidade respeitando o corpo adolescente periférico.

CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR

A Educação em Sexualidade tem sido tema de debate político na atualidade, em muitos momentos, baseando os argumentos de proibição da discussão com o público infantojuvenil em discursos do senso comum sem fundamentação científica, prática ou teórica. Em contrapartida, estudiosas(os) tem-se dedicado à produção de conhecimento e divulgação de pesquisas aprofundadas sobre o que é sexualidade, apontando a necessidade de garantir o debate como forma de coexistência no mundo. Como discorrido até aqui, dialogar com meninos e meninas sobre sexualidade não se trata de apresentar conteúdos impróprios para sua idade, pelo contrário, ao trazer a discussão sobre sexualidade abrimos um canal de comunicação sobre corpo, autocuidado e respeito às diversidades.

No percurso do Projeto Sexualidade Aflorada, o que se busca é trabalhar no âmbito da garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes e interseccionalizar as reflexões sobre raça, gênero, classe e defesa de direitos. Sexualidade é corpo e os corpos estão em relação diariamente construindo e fortalecendo sentidos para sua existência. A educação em sexualidade é uma, dentre as diversas possibilidades, de garantir o direito ao próprio corpo e assegurar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- BENTO, M. A. S. *Branqueamento e Branquitude no Brasil*. In CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL. (1990) *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LEITE, V. *Sexualidade adolescente como direito?: A visão de formuladores de políticas públicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- LOURO, G. L. *Pedagogias da Sexualidade*. In _____. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/GuaciraLopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- NOGUEIRA, I.B. *Cor e inconsciente*. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. (org). *Racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. 1ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior no mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. **ONU BR**. 09 abr 2016. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> > Acesso em: 26 mar. 2019

- QUEIROGA, L. Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinato de transexuais. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 nov. 2018 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>>. Acesso em: 26 mar. 2019
- SANTIAGO, T. Parelheiros tem 78 vezes mais negros que pinheiros, diz levantamento. **G1**. São Paulo, 16 set. 2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/parelheiros-tem-78-vezes-mais-negros-que-pinheiros-diz-levantamento.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- SILVA JÚNIOR, M.R. *Racismo, uma leitura*. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 161-178.
- SILVA, M. L. *Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros*. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71-89.